



GRUPO DE TRABALHO FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

DOCUMENTO DE CONSIDERAÇÕES PARA ORIENTAR O
APERFEIÇOAMENTO DAS POLÍTICAS DE FORMAÇÃO
CONTINUADA DE PROFESSORES À LUZ DA IMPLEMENTAÇÃO
DA BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR (BNCC)

Presidente do Consed:
Secretário Idilvan Alencar (CE)

Secretárias responsáveis pelo Grupo de Trabalho:
Claudia Santa Rosa (RN) e Maria Cecília Amêndola (MS)

AGOSTO DE 2017

ÍNDICE

- I. Contexto
- II. Objetivos deste documento
- III. Como o documento foi construído
- IV. Parte 1: Considerações às Secretarias Estaduais de Educação
- V. Parte 2: Recomendações ao Ministério da Educação
- VI. Conclusões
- VII. Anexo: Lista de participantes do grupo de trabalho

I. CONTEXTO

Introdução

O início do processo de homologação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE) em abril de 2017 apresentou, entre outros aspectos, indicativo claro sobre a proximidade de um amplo e complexo processo de implementação a ser desencadeado pelas Redes de ensino em todo o país.

Ainda que a contextualização da política em cada um dos Estados e Municípios do país seja aspecto chave para o sucesso da BNCC, uma série de demandas do processo de implementação serão comuns a todos os entes da federação. Dentre essas demandas está a de estruturar ações de **formação continuada de professores** para implementação dos currículos que serão elaborados (ou adaptados) à luz da BNCC, conforme elucidado pela versão do documento enviado ao CNE:

*Referência nacional para a formulação dos currículos dos sistemas e das redes escolares dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios e das propostas pedagógicas das instituições escolares, a BNCC integra a política nacional da Educação Básica e vai contribuir para o alinhamento de outras políticas e ações, em âmbito federal, estadual e municipal, referentes à **formação de professores**, à avaliação, à elaboração de conteúdos educacionais e aos critérios para a oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.*

Fonte: Versão 3 da BNCC / p.8

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf

Mesmo considerando que o documento em posse do CNE detenha-se apenas nas etapas do Ensino Infantil e Ensino Fundamental – a etapa do Ensino Médio ainda está em elaboração pelo Ministério da Educação – avançar com a estruturação de políticas de formação continuada para implementação da BNCC desde já será elemento determinante não só para o sucesso de implantação das primeiras etapas, mas também para o posterior processo de introdução da etapa do Ensino Médio. Isso se dá uma vez que este último ciclo da Educação Básica, apesar de diferenças importantes, poderá se beneficiar de estratégias e metodologias que são comuns às demais etapas, em especial àquelas dos anos finais do Ensino Fundamental (6º ao 9º ano).

Importante destacar, no entanto, que a relação da formação continuada de professores com a BNCC não reside apenas no processo de implementação da política em si. O amplo conjunto de evidências da literatura nacional e internacional mostra que ações de formação continuada de professores podem, desde que focadas na busca pela melhoria da **prática pedagógica**, contribuir significativamente para a melhoria da aprendizagem dos alunos¹. Portanto, a implementação da BNCC apresenta-se como uma oportunidade ímpar para a implementação de uma política de Estado que promova o aprimoramento da atuação dos professores em sala de aula com vistas a impactar positivamente o processo educativo dos estudantes brasileiros.

Ademais, há um reconhecimento por parte de gestores públicos de diversas redes de ensino no Brasil de que as atuais políticas de formação continuada poderiam gerar melhores resultados, considerando o volume de recursos que se tem investido nelas ao longo das últimas décadas. Além disso, pesquisas recentes indicam que há uma forte demanda dos próprios professores: 88% dos docentes de redes estaduais no Brasil apontam que gostariam de participar de mais atividades de desenvolvimento profissional.²

¹Formação Continuada de Professores: Contribuições da Literatura Baseada em Evidências – Fundação Carlos Chagas (2017)- <https://www.todospelaeducacao.org.br/biblioteca/1568/formacao-continuada-de-professores-contribuicoes-da-literatura-baseada-em-evidencias/>

² Fonte: MEC/ Inep/ SAEB/ Questionário da Prova Brasil de 2015

É nesse contexto que surge o *Grupo de Trabalho CONSED – Formação Continuada de Professores*, iniciativa inserida no âmbito de estratégia institucional do CONSED de formar Grupos de Trabalho para fomentar a discussão entre os técnicos de todas as Secretarias Estaduais de Educação sobre temas de relevância para o avanço da qualidade da Educação pública brasileira.

Objetivos e composição do Grupo de Trabalho

O Grupo de Trabalho, que contou com o apoio técnico³ do Movimento Todos Pela Educação, organização da sociedade civil sem fins lucrativos e suprapartidária que tem como objetivo contribuir para melhorar a qualidade da educação pública brasileira, foi estruturado para atingir **três objetivos**:

- 1 – Desenvolver e aprimorar o conhecimento técnico dos membros do grupo de trabalho sobre o tema da formação continuada de professores.
- 2 – Promover o aprendizado e articulação entre pares sobre questões relacionadas à formação continuada de professores.
- 3 – Construir conjuntamente um documento orientador para o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores.

Seguindo a metodologia CONSED para o desenvolvimento e operacionalização de grupos de trabalho temáticos, o GT Formação Continuada inicialmente se estruturou a partir de 27 técnicos (26 Estados e Distrito Federal) responsáveis pelas ações de formação continuada em suas Secretarias, indicados pelos seus respectivos Secretários Estaduais de Educação.

Em complemento aos 27, no entanto, foi inaugurada uma nova modalidade de grupo de trabalho CONSED a partir do convite e inclusão de 5 representantes da UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino), sendo um representante por região do país. Essa medida se deu a partir do entendimento do CONSED de que as discussões sobre formação continuada para implementação da BNCC também apresentam a chance de fortalecer o regime de colaboração União-Estado-Município, conforme destacado na versão 3 do documento da BNCC:

(...) espera-se que a BNCC ajude a superar a fragmentação das políticas educacionais, enseje o fortalecimento do regime de colaboração entre as três esferas de governo e seja balizadora da qualidade da educação, isto é, da garantia do direito dos alunos a aprender e a se desenvolver, contribuindo para o desenvolvimento pleno da cidadania.

Fonte: Versão 3 da BNCC / p.8

http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_publicacao.pdf



³ O apoio técnico se caracterizou pelo trabalho conjunto com a equipe técnica do CONSED na organização e sistematização dos encontros, custos logísticos para realização das reuniões do GT, contratação de instituição responsável pela facilitação do grupo e contratação de estudos por organizações atuantes na temática para subsidiar as discussões. O apoio ainda contou com o patrocínio das seguintes instituições parceiras do Movimento Todos Pela Educação no âmbito dessa iniciativa: ItaúBBA, Instituto Península, Fundação Telefônica, Fundação Lemann e Instituto Natura.

Para cumprir os três objetivos do GT Formação Continuada, os técnicos das 27 Secretarias Estaduais e os 5 representantes da UNDIME se encontraram presencialmente durante os meses de março, abril e junho de 2017. Nesses encontros, além de algumas palestras e momentos de troca de experiências entre os participantes, as principais atividades foram direcionadas à construção das considerações para orientar o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores, que estão consolidadas e sistematizadas neste documento.

II. OBJETIVOS DESTE DOCUMENTO

Com vistas a nortear o desenvolvimento dos trabalhos, três objetivos específicos foram delineados para o documento:

- Apresentar a todas as Secretarias Estaduais de Educação um conjunto de considerações que expressam **alto grau de convergência** entre os 27 técnicos das Secretarias e 5 representantes da UNDIME sobre os principais desafios e caminhos para o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada visando, prioritariamente, a (re)implementação dos currículos estaduais (que deverão ser adaptados pela BNCC) e o aprimoramento da prática pedagógica dos professores no sentido de garantir a efetiva aprendizagem dos alunos.
- Servir como ponto de partida para a promoção de maior articulação entre as Secretarias Estaduais e Municipais a partir da indicação de aspectos específicos relacionadas ao regime de colaboração Estado-Município para implementação de políticas de formação continuada.
- Propor ao Ministério da Educação recomendações que dialogam com as considerações apresentadas a todos os Estados de modo que o governo federal possa desencadear programas de apoio aos Estados para estruturação e implementação de suas respectivas políticas de formação continuada de professores.

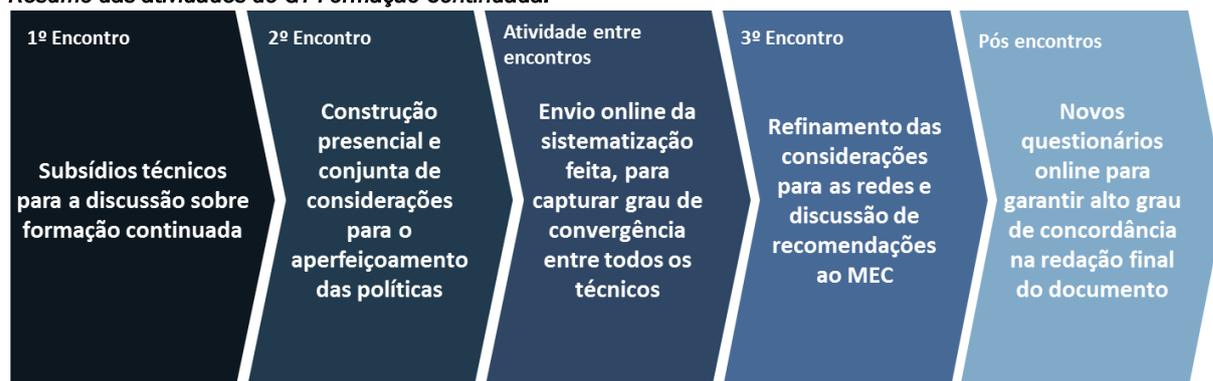
De modo a tornar os objetivos ainda mais claros, observa-se que o documento **NÃO** objetiva:

- Sugerir um roteiro de ações que devem ser rigorosamente seguidas por todos os Estados.
- Ser uma “base nacional comum” para as políticas de formação continuada.
- Expressar unanimidade de todos os técnicos em todas as considerações.
- Ser uma agenda exaustiva de considerações sobre políticas de formação continuada de professores ou sugerir que elas apenas discorram sobre a implementação da BNCC.
- Minimizar a importância e relevância de políticas de formação continuada para os demais profissionais da Educação.
- Desconsiderar políticas de formação continuada já em andamento pelos Estados.

III. COMO O DOCUMENTO FOI CONSTRUÍDO

Uma premissa fundamental para a construção deste documento foi a participação ativa de todos os representantes das 27 Secretarias Estaduais e das 5 Regionais da UNDIME. Conforme mencionado, o GT Formação Continuada contou com 3 encontros presenciais em março, abril e junho de 2017, todos eles coordenados por profissionais especializados em mediação de grupos de gestores públicos para a formulação de políticas públicas. Uma síntese das etapas para construção do documento pode ser encontrada na figura abaixo:

Resumo das atividades do GT Formação Continuada:



Durante esses encontros presenciais, as atividades foram organizadas para que os participantes pudessem de fato criar conjuntamente as considerações que fazem parte deste documento. Para isso, os técnicos foram divididos em grupos menores a partir de características semelhantes entre os Estados (ex: dimensão geográfica, tamanho da rede educacional). Por exemplo: um dos grupos foi formado pelos representantes do Amazonas, Pará e Mato Grosso, Estados da Federação que se diferenciam consideravelmente dos outros pela sua dimensão geográfica. Houve também a formação de um grupo com os Estados de menor dimensão geográfica / populacional, grupo de Estados com as maiores redes de ensino, etc.



Nesses grupos, os participantes discutiram intensamente os principais desafios e oportunidades que enxergam para as políticas de formação continuada de suas redes. As discussões foram baseadas nas próprias experiências dos técnicos e nas palestras que foram proferidas durante os encontros. Esses desafios e oportunidades foram listados e priorizados por cada grupo, e depois apresentados para que todos os participantes pudessem debater.



Após o 2º encontro e já em posse de uma extensa lista de desafios e oportunidades que foram criadas durante as discussões entre os participantes, o CONSED realizou um trabalho de sistematização do conteúdo e identificação de pontos comuns que surgiram durante as atividades. Com isso, elaborou um **conjunto de considerações** para orientar o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores das redes de ensino.

Visando garantir e confirmar que esta lista de considerações tivesse de fato aderência ao que havia sido produzido pelos participantes, o CONSED realizou uma consulta online entre os 2º e 3º encontros, na qual perguntava a opinião dos técnicos das Secretarias e dos representantes da UNDIME sobre o material produzido. Essa consulta online contou com a resposta de 90% dos participantes do GT Formação Continuada e apontou grau enorme de convergência entre eles quanto às considerações que deveriam estar presentes neste documento final. Das 47 considerações que foram listadas e consultadas, 43 tiveram mais de 90% dos respondentes concordando com seu conteúdo, e 4 tiveram entre 80% e 90% de concordância dos participantes.

“[Todo o trabalho do GT] vem acontecendo com efervescência, com discussão, com diferentes pontos de vistas e com respeito à diversidade do Brasil. E há um respeito pela produção que sai do grupo.”

Participante do GT Formação Continuada

Mesmo com a alta convergência que o questionário online havia apontado, durante o 3º e último encontro do GT os participantes tiveram mais um momento para rever e fazer ajustes finais nas considerações elaboradas nos encontros anteriores. Dessa forma, garantiu-se concordância ainda maior entre todos, o que foi visto como fundamental para atribuir legitimidade a este documento. Além disso, ainda no 3º encontro, os participantes também debateram possíveis recomendações ao Ministério da Educação (MEC), para eventual apoio ao aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores de suas redes.

Por fim, a sistematização de todo o material que foi discutido e produzido durante os 3 encontros gerou uma lista de considerações para orientar as redes no aperfeiçoamento de suas políticas de formação continuada de professores e uma outra lista de recomendações ao MEC. Essas listas finais foram novamente colocadas para avaliação dos técnicos das Secretarias e representantes da UNDIME em mais um questionário online, o que aumentou ainda mais a concordância dos participantes do GT com o conteúdo disposto a seguir.

IV. PARTE 1: CONSIDERAÇÕES ÀS SECRETARIAS ESTADUAIS DE EDUCAÇÃO

O trabalho de construção coletiva realizado ao longo dos 3 encontros do GT Formação Continuada e múltiplas trocas online resultaram na produção de uma lista de considerações organizadas em **9 eixos**, conforme apresentado abaixo.

Organização do documento



Apesar de tal organização, essa disposição do conteúdo não deve ser entendida de modo linear, uma vez que a relação entre as diferentes temáticas não necessariamente se dá de maneira sequencial. Tampouco deve ser entendido como um conteúdo exaustivo sobre políticas de formação continuada. Conforme elucidado anteriormente, o material representa aspectos entendidos como prioritários e convergentes entre os 32 técnicos participantes do GT. Essa construção é apresentada a seguir.

GT CONSED – FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES

Considerações para orientar o aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores à luz da implementação dos currículos a serem elaborados ou adaptados pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC):

Eixo 1 | Estrutura interna do órgão central

As Secretarias Estaduais de Educação devem se atentar à estrutura interna de seu órgão central e regionais de modo a dar suporte à execução e à institucionalização de uma política de formação continuada de professores que objetive assegurar a melhoria da prática pedagógica e a consequente melhoria da qualidade do ensino nos Estados e municípios, tendo a implementação da BNCC como aspecto indutor. Para tanto, devem considerar:

- A criação ou fortalecimento de setor específico no órgão central responsável pela execução da política por meio de documento legal que defina cargo/função, perfil e atribuições da equipe. Essa estrutura deverá assegurar profissionais dedicados à coordenação pedagógica, administrativa e operacional da política, assim como profissionais responsáveis por seu monitoramento e avaliação.
- O estabelecimento de um grupo de articulação interno envolvendo responsáveis pelas políticas de formação continuada, de currículo e de avaliação educacional.

Eixo 2 | Diagnóstico

Com vistas à promoção do aperfeiçoamento (ou criação) de uma política de formação continuada de professores de modo a assegurar a implementação da BNCC e a melhoria da prática pedagógica, as Secretarias Estaduais de Educação devem realizar um consistente diagnóstico de contexto. Para tanto, devem considerar:

- A captação da diversidade e reais demandas dos professores no sentido de aprofundar os indicativos do Questionário da Prova Brasil por meio de mecanismos de escuta da Rede (ex: pesquisa online, questionário físicos).
- O levantamento de indicadores oficiais para se pensar a política e suas respectivas ações, tais como:
 - Dimensões da rede (número de alunos, de escolas e de docentes, por etapas do ensino) e do Estado (extensão territorial e número de municípios).
 - Percentual de docentes por número de escolas em que lecionam.
 - Percentual de docentes com formação adequada às disciplinas que lecionam.
 - Demanda por atividades de desenvolvimento profissional. Exemplos⁴: percentual de docentes que afirmam que gostariam de ter participado de mais atividades de desenvolvimento; temas apontados como de maior necessidade pelos próprios docentes.
 - Cumprimento do 1/3 de hora-atividade.
 - Realização de trabalho colaborativo entre docentes. Exemplos⁵: percentual de docentes que fazem reuniões com colegas da mesma série; percentual de docentes que trocam material didático com seus colegas.

⁴ Questões existentes no questionário da Prova Brasil que indicam demanda por desenvolvimento profissional

⁵ Questões existentes no questionário da Prova Brasil que indicam a frequência de trabalho colaborativo entre docentes.

Eixo 3 | Metodologia

Uma política de formação continuada de professores tem como pilar estruturante o desenho metodológico das ações que compõem seu(s) programa(s) que, entre outros aspectos, indicam as estratégias para se alcançar os objetivos definidos. Considerando o objetivo de aprimorar a prática pedagógica a partir da implementação do currículo estadual que incorpora a Base Nacional Comum Curricular, o desenho metodológico do(s) programa(s) pertencente(s) à política das Secretarias Estaduais de Educação deve considerar:

- A escola como *locus* principal da formação continuada.
- A necessidade de se avançar no sentido de assegurar a jornada do professor em uma única escola.
- A promoção da formação continuada em serviço por meio da utilização mais efetiva do 1/3 de hora-atividade já previsto por lei.
- A promoção e o estímulo ao trabalho colaborativo entre os professores, por exemplo, por meio da atuação da coordenação pedagógica.
- A importância de a formação continuada ser contínua, isto é, ter duração suficiente para possibilitar que o professor efetivamente repense a sua prática pedagógica.
- A importância de a formação continuada ser específica, isto é, corresponder a demandas reais do professor e com clara relação à sua prática pedagógica.
- A personalização dos itinerários/roteiros de formação conforme características e demandas específicas dos professores no âmbito de cada Rede, incluindo, por exemplo, ações específicas de formação para professores em estágio probatório.
- O uso dos resultados dos dados das avaliações de aprendizagem para nortear as ações de formação continuada focadas na melhoria da prática específica do professor.
- O uso de recursos tecnológicos como um dos meios para oportunizar a formação continuada em todo território e para viabilizar a personalização do itinerário/roteiro da formação e ambientes inovadores de aprendizagem.
- A formação da gestão escolar e da coordenação pedagógica para apoiar e/ou liderar a implementação das ações de formação continuada na escola.
- A disponibilização de protocolos de acompanhamento da prática docente para apoiar os coordenadores pedagógicos.
- A construção de uma rede de boas práticas entre escolas da mesma rede.

Eixo 4 | Provisão das ações

Uma vez estabelecido um desenho metodológico consistente com as reais demandas e diversidade da Rede e coerente com as demais ações de política educacional da Secretaria, o sucesso de uma política de formação continuada de professores passa a residir na qualidade e efetividade da execução das ações do(s) programa(s). Nesse sentido, a(s) estratégia(s) das Secretarias Estaduais de Educação para essa etapa do trabalho devem considerar:

- A criação e institucionalização de uma rede de formadores que assegure continuidade da política de formação continuada ao longo de diferentes governos.
- Um olhar atento à formação dos formadores que serão responsáveis pela atuação junto aos professores, fazendo com que suas estratégias sejam repensadas à luz dos mais recentes

aprendizados trazidos pela literatura nacional e internacional e que, preferencialmente, tenham tido experiência na rede pública de ensino.

- A ampliação da rede de instituições formadoras em complemento às possibilidades já ofertadas pelas Universidades.
- A criação e/ou fortalecimento de Escola ou Instituto de Formação com finalidade de oferecer qualificação e aperfeiçoamento dos profissionais da educação básica.
- A ampliação do diálogo entre as Redes e Instituições de Ensino Superior (IES) de modo a atender as atuais demandas e a implementação da Base Nacional Comum Curricular.

Eixo 5 | Regime de Colaboração

Observando a necessidade de aprimorar a articulação entre Estados e Municípios no que tange ao aperfeiçoamento das políticas de formação continuada de professores, julga-se essencial o estabelecimento ou fortalecimento de um efetivo regime de colaboração específico a essas políticas. Nesse sentido, o regime de colaboração no âmbito da formação continuada de professores deve considerar:

- A necessidade de se institucionalizar o regime de colaboração para as políticas de formação continuada, via elaboração e efetivação de Termo de Cooperação Técnica entre Estados e Municípios. Esse termo pode definir, para a colaboração nas políticas de formação continuada, responsabilidades, modelo de operacionalização, financiamento e sistemática conjunta de monitoramento e avaliação.
- A elaboração de diagnósticos frequentes das necessidades de formação dos professores das redes estaduais e municipais, com levantamento de indicadores e mapeamento das demandas dos docentes.
- A definição de diretrizes e temáticas importantes para programas de formação continuada em todo o Estado (rede estadual e municipais).
- A estruturação de uma rede de formadores no Estado, que oriente o estabelecimento de parcerias tanto em âmbito estadual quanto municipal.
- A constituição de uma rede de formadores nas Secretarias Estaduais para desenvolver o processo formativo em suas redes e em colaboração com as redes municipais.
- A (re)ativação ou fortalecimento dos Fóruns Estaduais Permanentes de Apoio à Formação Docente enquanto instância articuladora e organizados do regime de colaboração para as ações de formação inicial e continuada dos profissionais do magistério.

Eixo 6 | Financiamento das ações

Tendo em vista que parte essencial de uma política de formação continuada é o financiamento de suas ações, as Secretarias Estaduais de Educação devem considerar, conforme seus contextos específicos:

- A garantia, em orçamento, de recursos suficientes para viabilizar a execução das ações de formação continuada, tais como: material permanente usado em formação, compra/reprodução de material pedagógico, deslocamento de professores, alimentação, hospedagem, etc.
- A promoção de parcerias não-onerosas com organizações não-governamentais, institutos e fundações desde que atendam as demandas e políticas previstas pela Secretaria.
- A utilização de mecanismos de financiamento para ações de formação continuada de professores previstos no PAR – Plano de Ações Articuladas do MEC/FNDE.
- A institucionalização de percentual específico do orçamento para formação continuada de modo a assegurar a continuidade dos programas.
- A avaliação do impacto das ações de formação continuada antes de renovar parcerias, sejam elas onerosas ou não.

Eixo 7 | Relação com Plano de Carreira

Um pilar importante de uma política de formação continuada é sua associação com o plano de carreira dos professores. Nesse sentido, a(s) estratégia(s) das Secretarias Estaduais de Educação para avançar nessa relação devem considerar:

- A relevância do plano de carreira em incentivar o desenvolvimento profissional contínuo dos docentes.
- A importância de a progressão na carreira estimular o professor a buscar a formação continuada que objetive melhorar a sua prática em sala de aula (e não apenas a titulação acadêmica ou evolução funcional).
- A vinculação das qualificações realizadas pelos profissionais em âmbito da formação continuada para melhoria da prática de ensino com evoluções na carreira e aumento salarial.

Eixo 8 | Comunicação das ações

Considerando a importância de assegurar um bom entendimento e alinhamento entre todos os atores da Rede visando a implementação da BNCC, a estratégia de comunicação com os profissionais dos órgãos regionais e das escolas deve, entre outros aspectos, considerar:

- A elaboração de um documento orientador das ações de formação continuada para implementação dos currículos adaptados pela BNCC que, entre outros aspectos, deverá indicar:
 - A diferença entre “Base Nacional Comum Curricular” e “Currículo”.
 - As adaptações curriculares promovidas a partir da Base Nacional Comum Curricular.
 - Descritivo sobre as ações da política de formação continuada de modo a contemplar aspectos teóricos, didáticos e metodológicos específicos de cada componente curricular.

Eixo 9 | Monitoramento e Avaliação

Para que as políticas de formação continuada de professores obtenham os resultados esperados estabelecidos em sua formulação, é importante que haja constante monitoramento e avaliação da política. Para tanto, deve-se considerar:

- A construção de um plano de monitoramento e avaliação da política como pilar estruturante dos programas de formação continuada, e não como uma ação a ser pensada apenas após a implementação desses programas.
- A importância de reconhecer os mecanismos de monitoramento e avaliação como ferramenta de análise dos resultados durante o processo de implementação da política, possibilitando, assim, ajustes contínuos dessa política.

V. PARTE 2: RECOMENDAÇÕES AO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Observando o conjunto de considerações apresentadas acima, os participantes do GT Formação Continuada debateram e concordaram em três recomendações para eventuais políticas de apoio do Ministério da Educação às Secretarias Estaduais de Educação no âmbito da formação continuada de professores. São elas:

- Oferta de apoio técnico para estruturação do **desenho metodológico** das políticas de formação continuada dos Estados, sempre respeitando as particularidades e necessidades de cada Rede. Esse apoio técnico poderia ocorrer, por exemplo, por meio de instrumentos norteadores, consultorias às equipes técnicas das secretarias, ou compartilhamento de materiais para os programas de formação.
- Oferta de apoio técnico para estruturação dos mecanismos de **monitoramento e avaliação** das políticas de formação continuada dos Estados, sempre respeitando as particularidades e necessidades de cada Rede e os mecanismos já existentes nos Estados.
- Estruturação uma **política nacional de fomento** (financiamento) a partir de critérios estabelecidos com base nas considerações deste documento, sobre os quais os Estados e municípios apresentariam seus respectivos projetos para validação do MEC e obtenção de recursos financeiros.

VI. CONCLUSÕES

Conforme indicado no item 2 deste documento, espera-se que este material cumpra papel de apoio e orientação aos Estados, estimule a promoção do fortalecimento do regime de colaboração união-estado-município e ofereça um conjunto de recomendações ao Ministério da Educação no que diz respeito ao auxílio e fomento a políticas de formação continuada em todo país.

Não obstante, para além do incentivo à internalização pelas Secretarias Estaduais das considerações presentes nos 9 eixos temáticos do documento e dos esforços de articulação que o CONSED promoverá envolvendo o MEC e UNDIME, a realização do GT CONSED - Formação Continuada suscitou um conjunto de reflexões complementares a serem consideradas de maneira mais ampla (e por diferentes atores do debate) de modo que todas as redes de ensino no Brasil possam avançar no sentido de aprimorar suas respectivas políticas de formação continuada de professores à luz da implementação da BNCC:

- A necessidade de ampla revisão dos cursos de **formação inicial de professores**, aspecto reiteradamente abordado pelos técnicos do GT como um relevante desafio para a própria realização de ações de formação continuada nas Redes uma vez que, na prática, a necessidade de formação continuada dos professores está, muitas vezes, no domínio de conceitos básicos e fundantes da atuação docente, e não no aprimoramento profissional.
- A necessidade de se ampliar o conjunto de **pesquisas nacionais** sobre evidências de impacto de políticas e programas de formação continuada no Brasil de modo a confirmar ou complementar as principais conclusões da literatura internacional e, principalmente, jogar luz nas experiências brasileiras que demonstram efetividade e eficácia.
- A necessidade de se ampliar os **espaços de troca e aprendizado** entre os técnicos das Secretarias de Educação de modo a promover o compartilhamento de estratégias bem-sucedidas e, conseqüentemente, acelerar o processo de aperfeiçoamento das políticas de maneira sistêmica.
- A necessidade de se ampliar as oportunidades de **formação técnica para os quadros das Secretarias**, uma vez que muitos dos responsáveis pela formulação e implementação de políticas de formação continuada de professores não têm formação específica ou ampla experiência na temática.

É exatamente nesse sentido, e principalmente à luz da natureza do conteúdo produzido pelos técnicos envolvidos com o trabalho e refletido nos 9 eixos de considerações, que se faz de suma importância destacar que **o potencial de incidência deste documento está, precisamente, no desencadeamento de futuras ações e medidas que poderão ser ancoradas e referenciadas no conjunto de ideias e caminhos apresentados por este trabalho**. Em outras palavras, se por um lado o documento não explicita, por exemplo, uma sugestão de roteiro de ações a serem seguidas (o que de fato não foi objetivo do trabalho), por outro lado ele promove um **alinhamento inédito** entre técnicos de todas as Secretarias Estaduais de Educação do país. Isso, por sua vez, confere alto grau de **legitimidade** a respeito de caminhos que merecem atenção de todos os atores envolvidos na discussão, na regulação, na construção e na implementação de políticas de formação continuada de professores.

VII. ANEXO: LISTA DE PARTICIPANTES DO GRUPO DE TRABALHO

O GT CONSED Formação Continuada foi composto por representantes das 27 Secretarias Estaduais de Educação (26 Estados e Distrito Federal) responsáveis pelas ações de formação continuada em suas redes, indicados pelos seus respectivos Secretários, e por 5 representantes da UNDIME (União Nacional de Dirigentes Municipais de Ensino), sendo um representante por região do país. Os participantes nos 3 encontros do Grupo de Trabalho foram:

Representantes das Secretarias Estaduais, participantes do GT CONSED – Formação Continuada:

Alessandra de Fátima Camargo Godoi (TO)
 Alessandra Ferreira Beker Daher (MS)
 Ana Carolina Lubambo (PB)
 Ana Coelho Vieira Selva (PE)
 Arlem Luiz da Costa (MG)
 Carlos Alberto de Miranda Pinheiro (PA)
 David Campos Buas (AM)
 Eliane da Silva Melo (RR)
 Eziquiel Menta (PR)
 Ideigiane Terceiro Nobre (CE)
 Inacélia de Fátima Alves de Oliveira (ES)
 Iranildes Almeida Sales (BA)
 João Maria de Lima (RN)
 José Adilson Santos Antunes (RS)
 Júlia Siqueira da Rocha (SC)
 Laura Souza (AL)
 Lúcia de Fátima Palhano de Oliveira Barbosa (RN)
 Luiz Fernando de Lima Perez (DF)
 Márcia Rocha de Souza Antunes (GO)
 Marco Antônio Sherder da Silva (RO)
 Maria do Perpétuo Socorro Fortes Braga e Silva (MA)
 Marília Daniela Aragão dos Anjos (PI)
 Raquel Padilha da Silva (RS)
 Rúbia Abreu de Cavalcante (AC)
 Ruimarisa Monteiro Pena Martins (PA)
 Sandra Santos (RJ)
 Thirza Mangueira Teixeira (SE)
 Valéria de Souza (SP)
 Vania da Silva (MT)
 Wesley Karllos Neves Conceição (RJ)

Representantes da UNDIME:

André Lemes da Silva (RS)
 Elaine Cristiana de Araújo (GO)
 Iolanda Barbosa da Silva (PB)
 Raul Christiano de Oliveira Sanchez (SP)
 Robert Langlady Lira Rosas (AM)